

## **NOTA BIOGRÁFICA**

ANTÓNIO MANUEL TAVARES DE ALMEIDA COSTA nasceu a 26 de Setembro de 1955, na freguesia de Santo António dos Olivais, em Coimbra. Licenciou-se a 17 de Fevereiro de 1979 na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (FDUC), com a classificação de Muito Bom com Distinção e Louvor (dezoito valores). No mesmo ano, foi contratado como assistente pela referida Faculdade, cargo que desempenhou até 1997, altura em que se transferiu para a Faculdade de Direito da Universidade do Porto. Entre os anos lectivos de 1994/1995 e 2002/2003, acumulou o desempenho daquelas funções de assistente com as de docente de Direito Penal e Direito Processual Penal na Universidade Moderna (Porto).

Em 1980 e 1982 foi membro das Comissões de Revisão do Código Penal, presididas pelo Professor Doutor Eduardo Correia, de cujos trabalhos viria a resultar o Código Penal de 1982. No ano de 1984, concluiu o Curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Criminais na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, perante o Júri constituído pelos Professores Doutores Eduardo Correia, António Castanheira Neves e Jorge de Figueiredo Dias. Defendendo a dissertação intitulada *Registo Criminal — História. Direito Comparado. Análise político-criminal do instituto*, obteve a classificação de Muito Bom com Distinção e Louvor (dezoito valores).

Desempenhou, desde 1989, e durante quase vinte anos, o cargo de Secretário-Geral do Centro de Estudos de Bio-Ética (Coimbra). Em 1990, colaborou com a Comissão Ministerial, presidida pelo Senhor Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias, encarregada da revisão do Código Penal português de 1982 que viria a resultar a chamada Reforma de 1995.

Já na Faculdade de Direito da Universidade do Porto, desempenhou, em mandatos distintos, as funções de Vice-Presidente da Assembleia de Representantes, Vice-Presidente do Conselho Pedagógico e Vogal do Conselho Executivo.

Desde 1997, está-lhe entregue a regência das disciplinas de Direito Penal I e II na Faculdade de Direito do Porto, que acumulou, a partir de 2009, com a das cadeiras de Questões Fundamentais de Direito e Processo Penal I e II do Mestrado em Criminologia e, desde 2016, com a das unidades curriculares de Direito Penal e de Metodologias de Investigação e *Practicum* do Mestrado em Direito.

Participou anualmente, durante mais de vinte anos (até 2018 e 2016, respectivamente) nas pós-graduações do Instituto de Direito Penal Económico e Europeu (IDPEE) e do Instituto de Direito Bancário, da Bolsa e dos Seguros (BBS), ambos da Faculdade de Direito

da Universidade de Coimbra, onde leccionou os módulos relativos aos «Crimes contra o património e de moeda falsa» e à «Criminalidade económico-financeira». Ao longo dos tempos, participou em palestras e conferências, bem como em acções de formação do Centro de Estudos Judiciários.

Durante cerca de sete anos foi o jurista da Comissão de Ética dos Hospitais da Universidade de Coimbra (HUC). função que, nos dez anos subsequentes, desempenhou também na Comissão de Ética do AIBILI.

Em 2010, integrou o grupo de especialistas chamado a pronunciar-se sobre os projectos de alteração do regime do crime de corrupção e de introdução do delito de enriquecimento ilegítimo, então em debate, perante a «Comissão eventual para o acompanhamento político do fenómeno da corrupção e para a análise integrada de soluções com vista ao seu combate» da Assembleia da República, presidida pelo Deputado Dr. José Vera Jardim.

No ano de 2014, apresentou-se a provas públicas de doutoramento em Ciências Jurídico-Criminais na Faculdade de Direito da Universidade do Porto (FDUP), defendendo a dissertação *Ilicito pessoal, imputação objectiva e comparticipação em direito penal*. Perante o Júri constituído pelos Senhores Professores Doutores Luís Filipe Colaço Antunes (Presidente), Jorge de Figueiredo Dias, Manuel da Costa Andrade, Fernando Molina Fernández (Arguente), Maria Fernanda Palma (Arguente), Tereza Pizarro Beleza, Germano Marques da Silva e Amadeu Recasens i Brunet, obteve a classificação máxima admitida nos regulamentos da Universidade do Porto então em vigor, sendo “Aprovado com Distinção”.

Desde 2015, faz parte da Comissão Científica do 2.º Ciclo de Estudos em Direito da FDUP. Entre Abril de 2015 e Abril de 2016, integrou a Comissão *ad hoc* que elaborou um novo plano para o 2.º Ciclo de Estudos em Direito da FDUP, em vigor a partir do ano lectivo de 2016/7. Desde Outubro de 2020, é o Director do 2.º Ciclo de Estudos em Direito da FDUP.

A partir do ano lectivo de 2014/5 (e até à actualidade) passou a desempenhar, também, funções docentes na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona (Lisboa), fazendo parte do respectivo Conselho Científico.

Membro e investigador do Instituto Jurídico (IJ) da FDUC, centro acreditado junto da FCT, desde 2019. Em 12 de Dezembro de 2019, foi eleito pela Assembleia da República para Membro do Conselho Superior do Ministério Público.